

“É A HORA E A VEZ DOS MINEIROS”: FIEMG E BDMG NOS ANOS DO “MILAGRE ECONÔMICO” (1968-1974)

Autor: Jean Talvani Costa.

Filiação: Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e graduado em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Resumo: O desenvolvimentismo mineiro identifica um ideário de que Minas Gerais é ente espoliado, que tem suas riquezas escoadas para os estados vizinhos, enquanto permanece em uma posição de atraso relativo. Este trabalho de análise demonstra que essa perspectiva era compartilhada por agentes públicos e privados. O reconhecimento de que o Estado pode impulsionar as condições para o desenvolvimento regional a partir do planejamento fez com que o BDMG fosse visto como um mecanismo estratégico de desenvolvimento pelas elites empresariais, representadas aqui pela FIEMG, que reivindicaram o impulso industrial que Minas Gerais passou durante o chamado milagre econômico.

Palavras-chave: indústria mineira; desenvolvimentismo mineiro; milagre econômico; FIEMG; BDMG.

Área temática: História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

“É A HORA E A VEZ DOS MINEIROS”: FIEMG E BDMG NOS ANOS DO “MILAGRE ECONÔMICO” (1968-1974)

O trabalho que se inicia tem o objetivo de discutir a atuação da FIEMG e do BDMG nos anos de recuperação econômica e expansão industrial em Minas Gerais. Pelo recorte escolhido, levou-se em conta a correlação com o período comumente conhecido como milagre econômico ou ainda milagre brasileiro, concomitante aos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), em âmbito nacional, e Israel Pinheiro (1966-1971) e Rondon Pacheco (1971-1975), na esfera estadual.

Na primeira seção, a temática será a atuação da FIEMG nos primeiros anos do Regime Militar e a análise da política econômica adotada por Castello Branco (1964- 1967). Na segunda seção, trata-se do desenvolvimento regional encampado pelas duas instituições na transição dos anos 1960 para os anos 1970. A terceira seção procura avaliar a política econômica nos anos do milagre, tendo em vista o crescimento econômico bastante considerável de que Minas Gerais se beneficiou, em especial, o setor industrial.

1. A FIEMG E O REGIME MILITAR

O apoio decidido da FIEMG à deposição de João Goulart no editorial de março/abril de 1964 em sua publicação oficial foi acompanhado de um panorama negativo sobre a economia brasileira e mineira em suas páginas. O quadro mineiro, naquela ocasião, era caracterizado por uma renda per capita inferior à média brasileira, além de uma população majoritariamente rural (VIDA [...], 1964a).

Aliado a essa leitura, havia uma perspectiva de que a situação de Minas Gerais carecia de um planejamento intenso. Com alguns anos de diferença, já era possível identificar dentro do corpo analítico e editorial da federação algumas constatações que apareceriam no trabalho realizado pelos técnicos do BDMG para o Diagnóstico. Algo que corrobora com a existência de uma visão mais ampla compartilhada por diferentes órgãos acerca do atraso relativo e da necessidade do planejamento como resposta.

O apoio da FIEMG ao golpe civil-militar de 1964 foi bastante incisivo. Para além disso, pode-se destacar, desde já, que a sustentação da entidade para o regime seria bastante longa, sendo inclusive resistente ao processo de distensão na passagem para os anos 1980, quando outras entidades patronais, incluindo as federações de indústrias de outros estados, já não se mostravam dispostas a sustentar os militares no poder e simpatizavam com o retorno à democracia (DULCI; LEITE, 1987).

Todavia, essa fidelidade não significava concordância e alinhamento absoluto e incontestes. Durante os anos de Castello Branco (1964-1967), a exaltação à respeitabilidade do

mandatário era contraposta em diversos momentos às discordâncias quanto às decisões de sua equipe econômica. Em especial, na forma como o combate à inflação seria mobilizado e a potencial distribuição de sacrifícios que daí poderia ser necessária.

Eleito indiretamente e empossado em 9 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castello Branco ficou responsável por liderar um governo que se prometia provisório e transitório, mas que se provou o início de um regime militar que só teria fim 21 anos depois. Castello Branco fazia parte de uma ala mais intelectualizada dentre os militares. Esses, chamados castelistas, defendiam que o governo promovesse reformas institucionais e burocráticas, utilizando-se do aparato autoritário mais para descolar o centro decisório político da sociedade civil organizada, do que para restringir sistematicamente a liberdade de expressão e política (NAPOLITANO, 2014).

Para promover as reformas econômicas, foram empossados Roberto Campos e Octávio de Gouvêia Bulhões, nos ministérios do Planejamento e da Fazenda, respectivamente. Assim, em novembro de 1964, era lançado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Entre seus objetivos se destacavam: a redução progressiva da inflação, a retomada do desenvolvimento econômico, correção as desigualdades regionais, combate ao déficit do balanço de pagamentos e estruturação da política financeira para que o Estado tivesse condições de captar novas fontes de recursos.

A questão inflacionária foi diagnosticada pelos artífices do PAEG como resultado de uma série de desequilíbrios na política monetária que conduzia à pressão da demanda sobre os preços, o que exigia, portanto, uma resposta de contenção da demanda para reconduzir os preços a patamares aceitáveis. Esses desequilíbrios da política monetária podem ser reconhecidos pelos déficits governamentais, pelo mecanismo de excesso de emissão e liquidez causado pelas políticas de crédito farto aos setores empresariais privados e aos reajustes salariais acima da produtividade, levados a cabo, em especial, pelo populismo trabalhista.

Aos problemas dos déficits governamentais, a equipe econômica entendeu que a solução residia no rearranjo da política tributária, descartando impostos que pouco arrecadavam e instituindo impostos sobre o consumo, além de reajustar impostos e tarifas públicas. De fato, tal medida contribuiu para a queda do déficit público, saindo de 4,2% em 1963 para 1,1% em 1966.

No âmbito da política creditícia, sua condução se mostrou bastante errática. Entre 1964 e 1965, as indústrias sofreriam uma queda de produtividade graças ao aperto causado pela política restritiva, o que levou, ainda em 1965, a uma reversão na tendência do governo, ao

e elevar a liquidez. Novas restrições foram colocadas em 1966, fazendo com que empréstimos privados pudessem ser captados pelo setor privado junto ao Banco do Brasil.

Havia boa vontade dos industriais com o governo Castello Branco, na medida em que ele significava, pelo menos no campo político, uma reversão dos temores empresariais com relação ao governo João Goulart. O discurso, nesse sentido, indicava que os industriais mineiros não se oporiam ao intervencionismo, pura e simplesmente, mas aos seus malefícios vindos de pressões demagógicas sobre o Estado para intervir (VIDA [...], 1964b).

A crítica se voltava para alguns subsídios, como em relação ao petróleo, ao trigo e ao papel de imprensa. Além disso, a subvenção ao consumidor, oferecendo a oportunidade de adquirir um artigo ou usufruir um serviço por preço abaixo do custo, o que estimularia exageradamente o consumo, conduzindo ao abuso e ao desperdício, fatores que estariam conduzindo à inflação. O crédito deveria ser dosado de modo a estimular os aumentos reais de produtividade e induzir o crescimento do produto bruto (VIDA [...], 1964b). Com relação à política salarial, demonstra-se um dos pontos mais polêmicos do PAEG. Na concepção da dupla Campos e Bulhões, a pressão inflacionária tinha entre seus principais vetores os aumentos salariais concedidos ao longo do intervalo 1946- 1964, de tal maneira que os reajustes, firmados acima da produtividade, forçavam a elevação geral de preços. Assim, foi proposto um novo mecanismo de ajuste salarial, em que eram considerados os índices inflacionários dos 24 meses passados com a expectativa inflacionária prevista para os 12 meses futuros. O resultado foi uma queda considerável no salário mínimo real médio, apontado em menos 7% entre 1964 e 1965 e menos 7%, novamente, entre 1966 e 1967.

Além do impacto significativo, a política salarial do PAEG se torna ainda mais polêmica considerando sua concepção inicial de que os salários estavam sendo reajustados acima da produtividade. Como demonstra Colistete (2009), levando em conta o intervalo entre 1958 e 1968, o crescimento do salário-produto foi de 1,8% ao ano, enquanto os índices de produtividade tiveram média de 5,2% ao ano. Sendo assim, a produtividade foi traduzida em lucros empresariais e não em ganhos salariais. Tal política tinha larga margem de ação em um contexto de repressão do movimento sindical e da proibição de direito à greve, reduzindo a possibilidade de negociação e barganha entre trabalhadores e patronato.

Reajustes salariais incomodaram a federação também quando estiveram ligados, mesmo que exclusivamente, à esfera pública. Caso da aprovação da lei 4863/65, que dispunha sobre abono família, tempo integral, incentivo à produtividade, participação de multas, composição do Serviço de Assistência e Seguro Social e da quota de previdência. Tal medida indicava para

o empresariado que os assessores da presidência dotados de capacidade eram orientados por uma bússola descalibrada (VIDA [...], 1965b).

Outras reformas institucionais fundamentais conduzidas a partir do PAEG não podem passar despercebidas. Em especial, a fundação do Banco Central. Dado que até aquele momento, as funções estavam divididas entre a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), como órgão executivo das políticas monetária e cambial, e o Banco do Brasil, como banqueiro comercial, do Tesouro e do Sistema Bancário.

Tais considerações sobre a política econômica mais geral em torno do PAEG levam a considerar em que medida ele foi ou não um instrumento ortodoxo de enfrentamento aos problemas de seu período de execução. Em sua leitura clássica da política econômica após 1964, Albert Fishlow (1974) defende que a política de combate à inflação mediante contenção da demanda caracteriza o teor ortodoxo do programa de estabilização.

A incorporação da inflação corretiva anulou os primeiros esforços de estabilização, levando à liberdade de fixação de preços nos setores públicos, habitacional e de insumos importados, sendo incompatível com a estabilização. Sendo assim, Fishlow aponta que o objetivo mais geral do PAEG e da própria administração castelista era, não a estabilização, mas sim a implementação de um efetivo capitalismo de mercado no Brasil.

Em análise posterior, André Lara Resende (1990) expõe que o desequilíbrio no balanço de pagamentos impedia o retorno ao nível de crescimento verificado nos anos 1950, o que levou o governo a se orientar por uma política ortodoxa para ganhar confiança dos credores externos, conduzindo um influxo de capitais estrangeiros em forma de investimentos e empréstimos, permitindo compensar a debilidade da capacidade de investimento de agentes privados internos. Tal política, inclusive, causou uma grande descapitalização e quebra de pequenas e médias empresas.

Além das reformas institucionais, o profundo arrocho salarial é um ponto de convergência ao caracterizar o PAEG. Tanto Fishlow, Resende e Colistete apontam como a política salarial causou uma perda substancial no nível de renda dos trabalhadores, de tal maneira houve queda da participação dos 30% mais pobres de 27,9% para 22,8% entre 1960 e 1970.

A política anti-inflacionária teve influência direta, também, sobre o ritmo de formação bruta de capital fixo, na medida em que a desaceleração da expansão industrial atingiu 24% ao ano em meados da década de 1960, segundo Fishlow (1974). O que atingiu pequenos e médios empresários situados nos setores ditos tradicionais, como alimentícios e têxteis.

Pelo ponto de vista da FIEMG, esse ônus sentido no âmbito produtivo foi visto como resultante de uma contradição, pois o combate inflacionário feito, em parte, sobre a tributação da indústria e do comércio era contrastada, por outro lado, pela emissão monetária, que segundo o periódico atingia 1 trilhão e trezentos bilhões de cruzeiros em 21 meses. O editorial indicava que o governo impunha aos industriais mais impostos que os governos anteriores (VIDA [...], 1966a).

Como é possível observar, o alinhamento político ao golpe civil-militar de 1964 e mesmo a composição da base de apoio do governo Castello Branco, não limitava a postura crítica do empresariado industrial mineiro filiado à FIEMG em relação ao programa econômico do novo regime. A política contracionista e ortodoxa ensejava o descontentamento dos industriais em pontos como reajustes tributários e concessões de subsídios, ainda que o conflito distributivo tenha sido resolvido à base de forte contenção salarial e limitação da atuação organizada dos trabalhadores.

Para pensarmos sobre o PAEG, a gestão Bulhões e Campos e o governo Castello Branco de modo mais amplo tendo em vista seus impactos em longo prazo, cabem algumas reflexões. Como salientado no texto, o período estabeleceu uma ruptura institucional-burocrática de muita relevância. Esquemas que possuem reflexos até os dias atuais, como reajustes anuais de preços em diferentes setores, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), títulos públicos no mercado de capitais enquanto mecanismo de arrecadação do governo, sistema financeiro nacional, Banco Central, entre outros, são realizações do período.

As reformas institucionais dizem respeito não apenas a visão reformista e intelectualizada da ala castelista¹ dos militares, mas também ao próprio pensamento econômico dos artífices do PAEG. Octávio Bulhões fora o mais relevante defensor da fundação de uma instituição que concentrasse os poderes executivos, comerciais e operatórios da moeda no Brasil, tendo participado da fundação da SUMOC em 1945, foi fundamental para o surgimento do Banco Central. Por seu turno, Roberto Campos, desde os anos 1950, quando esteve com Lucas Lopes à frente do Plano de Metas, defendia a função do Estado, que, por meio do planejamento, poderia captar recursos estrangeiros em forma de investimento direto ou empréstimos capazes de suplementar a debilidade do investimento privado interno (BIELSCHOWSKY, 2000).

Como aponta José Serra (1982), o período Castello Branco condicionou o crescimento vertiginoso que seria verificado entre 1968 e 1973, por meio do aumento da capacidade da

¹ Referência aos militares mais próximos do liberalismo econômico, reconhecidos no governo Castelo Branco, em detrimento do industrialismo presente entre a chamada linha dura .

poupança, do restabelecimento da credibilidade com os credores estrangeiros e pela ampla possibilidade de maturação dos investimentos sobre a capacidade ociosa.

Já no início do governo Costa e Silva, o empresariado mineiro entrega ao presidente um conjunto de reivindicações que são publicadas na íntegra na edição de agosto de 1967 da *Vida Industrial*. Compunham o documento algumas propostas como a liquidação pelo governo e entidades estatais ou de economia mista das suas dívidas para com as empresas mineiras², isenção de taxas aduaneiras para importação de matérias primas inexistentes em território nacional, entrega da distribuição de energia elétrica em Belo Horizonte à CEMIG, auxílio à formação de polos de desenvolvimento em território mineiro, adoção de providência para redução de preços de derivados de petróleo, dinamização de financiamentos para empresas mineiras, entre outros.

A justificativa geral do documento procura caracterizar Minas Gerais da seguinte forma:

A partir de 1930, Minas vem sofrendo um lento trabalho de consunção interna, aliada à interferência de espoliações e do enfraquecimento, comandados de fora [...] De nosso subsolo sai a estrutura de quase toda a atividade produtora, encontrada nas fábricas do país. Daqui vai o ferro, o aço, o alumínio e, nos últimos tempos, a energia, que acelera a maquinaria da mais rica região industrial brasileira, situada no centro e compreendendo a Guanabara e S. Paulo [...] O grande Estado vai-se transformando em exportador de matérias primas, num clima de passividade do estado; sobre pontos de estrangulamento para a economia mineira, em desesperada tentativa de recuperação; sobre as encruzilhadas, dispersando e drenando as concentrações de riquezas, que deveriam frutificar aqui mesmo, em nosso território (VIDA [...], 1967c).

Assim como iniciamos pontuando nessa seção sobre um dos artigos que compunham a edição imediatamente lançada após o golpe civil-militar e início do governo Castello Branco em março/abril de 1964, vemos em uma das primeiras edições concomitantes ao governo Costa e Silva reafirmar o caráter semicolonial, espoliado e de atraso relativo em Minas Gerais.

Mesmo que apareçam em outras palavras, há a perspectiva de que o território mineiro é repleto de riquezas naturais, humanas e de enorme potencial, que são tolhidas por décadas ou séculos, reforçando o peso do passado como um determinante para que esse potencial seja drenado pelas unidades federativas vizinhas, principalmente São Paulo, que se beneficiava das matérias-primas, insumos e recursos energéticos.

² O documento cita 36 empresas, entre elas, Petrobrás, SUDENE, COSIPA, Fábrica Nacional de Motores, Banco do Brasil, Departamento dos Correios e Telégrafos, entre outras, totalizando pouco mais de 28 milhões de cruzeiros em dívidas com empresas privadas do estado

Passemos para a seção seguinte, na qual a discussão sobre o atraso relativo de Minas Gerais se conforma na relação entre as duas instituições que são objeto deste estudo: a FIEMG e o BDMG. Como veremos, essa visão não apenas explica o que era compartilhado sobre o desenvolvimento regional e a importância do planejamento, como já exposto, mas também como um modelo explicativo do desenvolvimento regional, que acusava São Paulo de ser uma sanguessuga por conta da concentração industrial, ao passo que foi justamente na transição dos anos 1960 para os anos 1970 que a desconcentração industrial passa a ocorrer em favor de outras regiões, como Minas Gerais.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTISMO MINEIRO

A marca característica do desenvolvimentismo mineiro residiu na procura por recursos políticos para aproveitar potenciais condições de mercado. O atraso relativo identificado corriqueiramente pelas elites do estado possuía dois alvos de superação: a projeção exógena pela especialização produtiva do estado no conjunto da economia nacional e a projeção endógena de desenvolvimento produtivo da potencialidade das regiões do estado. Nesse sentido, houve uma complementaridade entre o desenvolvimento regional e o fortalecimento político no contexto nacional (DULCI, 1999).

Otávio Dulci (1999) expõe que a influência do empresariado sobre o jogo político ocorria nas formas de pressão corporativa, nos anéis burocráticos e na inserção em postos do governo, sendo uma espécie de contraponto para a ausência de condições desse grupo em mobilizar as forças industrializantes, ficando essas a cargo do Estado e do capital estrangeiro. Por esse motivo, a capacidade de interferência do empresariado local no desenvolvimento regional não deve ser subestimada (DULCI, 1999).

Clélio Campolina Diniz (1981) propõe que o atraso relativo de Minas Gerais possuía suas origens em duas situações ocorridas na transição do século XIX para o século XX, concomitante à própria transição da escravidão para a mão de obra assalariada. A primeira se relacionava ao fato de que em São Paulo se estabeleceram relações capitalistas com o surgimento do colono, ao passo que em Minas se mantinham relações escravistas ou o sistema de meação. A segunda era indicada pelo desenvolvimento em São Paulo de um setor comercial exportador, em atividades como as casas de exportação, rede bancária e sistema ferroviário (DINIZ, 1981).

Na transição dos anos 1960 para os anos 1970, Diniz (1981) aponta que houve uma série de condições como a existência de recursos naturais, disponibilidade de infraestrutura econômica (energia, transportes e comunicações), existência de indústria básica (metalurgia e cimento) para atrair outras indústrias básicas, indústrias de bens de capital, que poderiam ser

atraídas pelas indústrias básicas e pela mineração. Além disso, a posição geográfica do estado, o aparato institucional para apoiar a industrialização, os incentivos fiscais para a manutenção de investimentos e dos lucros, as áreas potencialmente beneficiadas como alternativa para localização industrial (investimentos da SUDENE no norte, Sul de Minas para a desconcentração industrial de São Paulo) e força política de negociação dos mineiros formam essas condições positivas para Minas Gerais (DINIZ, 1981).

Em análise posterior, o mesmo autor viria a relativizar a desconcentração industrial desse período. Na área metropolitana de São Paulo passou a ocorrer aumento do preço da terra, dos aluguéis, dos salários relativos e da infraestrutura, no mesmo momento em que estados vizinhos de São Paulo e o próprio interior paulista passaram a fazer investimentos públicos em infraestrutura, a conduzir políticas de incentivo fiscal e se beneficiar da ampliação da oferta de transportes e das telecomunicações, fatores que favoreceram a concorrência interempresarial. O que o autor destaca, no entanto, é que isso não significou uma efetiva desconcentração industrial para diversas regiões do país, mas, sim, um desenvolvimento poligonal, pois se deslocou da Área Metropolitana de São Paulo, todavia se confinou no polígono Belo Horizonte-Uberlândia- Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos, ou seja, no centro sul do país (DINIZ, 1993).

Wilson Cano (1998) apresenta uma visão bastante crítica ao que considera mitos bastante recorrentes em estudos, programas de governo e diagnósticos regionais. A própria noção de atraso relativo, tão cara às elites mineiras, parte de uma ideia de utilizar São Paulo e seu desenvolvimento industrial enquanto paradigma. O desenvolvimento regional, nessa perspectiva criticada pelo autor, possui um problema bem grave ao ser analisada de forma compartimentada, gerando uma série de desdobramentos, como a dificuldade de identificar a causa dos problemas para focar em efeitos particulares, a formulação de uma concepção de guerra entre estados, e o mais grave, escamotear questões de ordem social, como a desigualdade, os problemas urbanos ou a falta de acesso à terra.

Como foi indicado ao longo do texto, havia uma perspectiva compartilhada pela FIEMG e pelo BDMG de que Minas Gerais possuía um atraso relativo por conta de uma série de problemas que se punham como um entrave no desenvolvimento do estado. Questões como sistema rodoviário e ferroviário, a evasão populacional e a queda na competitividade.

A melhora do sistema de transportes era vista como a solução que apoiaria a produção, por exemplo, caso da construção da estrada de ferro em Leopoldina, sendo parte do sistema ferroviário que atenderia à economia siderúrgica do Vale do Rio Doce, possibilitando o

escoamento de 300 mil toneladas de laminados da produção da USIMINAS. Isso, segundo a federação, iria conectar o Ruhr brasileiro diretamente à Guanabara (VIDA [...], 1964a).

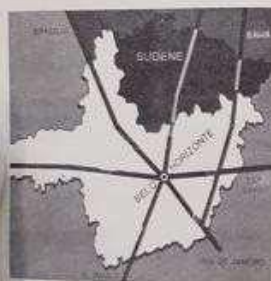
A integração econômica era vista como um ponto fundamental para agregação de diferentes áreas do estado, no sentido de que Minas se apresentava com regiões em estágios produtivos bastante diferentes. Sendo assim, em muitas ocasiões, a Federação procurava atender demandas particulares de determinadas regiões. Caso do I Seminário sobre o Triângulo Mineiro realizado em Belo Horizonte entre 2 e 5 de dezembro de 1969, com a participação de representantes dos municípios de Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba, Campina Verde, Patos de Minas, Tupaciguara, Abadia dos Dourados, Serra do Salitre, Ibiá, Pirajuba, Conceição das Alagoas, Sacramento, Guinhatã, com a participação de prefeitos, vereadores, líderes classistas, profissionais liberais e deputados. As reivindicações se dirigiram sobretudo ao DNER (execução da BR 364, rodovia Uberaba-Delta, ponte para escoamento na BR 050, pavimentação Araguari- Catalão-Cristina, ligação de asfalto entre Patos de Minas e Patrocínio, implementação Uberaba-Frutal, Ituiutaba-Uberaba, Ituiutaba-Iturama, Uberlândia-Araxá, ligação Frutal-Itapagipe-São Francisco de Sales-Iturama-Porto Alencastro e ponte sobre o rio Parnaíba. Suprimento de petróleo no Triângulo e Alto Parnaíba. Melhora da viação férrea Centro-Oeste que liga Uberaba e Divinópolis.

Houve, também, a expectativa de maior aporte de recursos no Triângulo e no Alto Parnaíba. Destaque também para a crítica ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, como um entrave para a competitividade que leva à perda de potencial em relação aos estados vizinhos (VIDA [...], 1969a).

A região norte do estado também era vista com bastante atenção, inclusive por conta do papel da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em relação à área conhecida como Polígono das Secas. A inclusão do norte de Minas nessa área possibilitou sua inclusão nas ações da SUDENE, a partir de 1963, pois no projeto inicial da entidade, a região não era incorporada (MESQUITA; ARAÚJO, 2018). Havia iniciativa para a implantação de indústrias, como a desoneração de tributos, para atrair o fortalecimento do setor na região. Em conjunto, o BDMG e a FIEMG lançaram campanhas como a Figura 1 que segue:

Figura 1 - Campanha BDMG e FIEMG

O Nordeste começa em Minas.



Não é preciso ir longe para aplicar o 34/18

Imagie o Nordeste (com 1064 as suas vantagens) a quase 200 km da 3ª capital brasileira. Para verdade.
A região do Polígono das Sésias, sob vigoroso incentivo da SUDENE, começa logo acima de Belo Horizonte: 120 mil quilómetros quadrados do território mineiro fazem parte dela. Não é preciso ir longe para beneficiar-se dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pela antiga 34/18 da SUDENE. E em Minas, além da SUDENE, V. encaseta o BANCO DE

DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS com financiamento integral para seu empreendimento: para as despesas de elaboração de projetos industriais e agro-pecuários; com a antecipação de recursos para a integração da parcela do empresário; com a fiança e financiamentos externos para a aquisição de máquinas e equipamentos; com financiamento para a instalação e ampliação de pequenas indústrias, através de convênio com o FNB. Com o BDMG é muito mais fácil e vantajoso instalar sua indústria no Nordeste.

Tem mais a área mineira do Polígono é dotada de excelentes reservas naturais. Conta com energia da CEMIG. É cortada por mais de 2000 km de estradas. Está ligada aos grandes centros consumidores do País, através de Belo Horizonte - o maior entroncamento rodoviário nacional. Os mercados ficam às suas portas. Com tudo isso, o BDMG está à sua espera.



Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais Governo do Estado de Minas Gerais

Fonte: Vida [...] (1971).

A campanha, no caso, foi veiculada longamente, estando presente em edições da revista Vida Industrial ao longo de vários anos. Chama atenção não apenas o incentivo tributário para a efetivação de novos projetos, mas, também, o destaque para o potencial visualizado na região, com vistas a sua integração com outros estados e a sua proximidade com a capital do país.

Outra estratégia era o potencial de diversificação produtiva visto na região. Atividades produtivas como beneficiamento de couros e pele, fertilizantes, exploração de minérios, produção de óleos vegetais, têxteis, produtos alimentícios, cordas e mantas, embalagens em geral, tintas e óleo de freio, vidros, móveis, fibra sintética, entre outros, já que a região além de contar com as matérias primas indicadas para as referidas indústrias, possui em alguns setores, mercado de boas dimensões, com possibilidades de expansão (VIDA [...], 1966b).

A relação entre o BDMG e a FIEMG não criou uma nova dimensão do que seria o desenvolvimento regional na perspectiva do que, neste mesmo trabalho, chamou-se

desenvolvimentismo mineiro, mas, no entanto, a consolidou em um período bastante relevante para a indústria mineira. Retomemos que no contexto de surgimento do banco, o empresariado organizado sob a federação possuía pouco poder de influência sobre a USIMINAS e a CEMIG, as duas mais importantes instituições públicas mineiras à época. Assim, a instituição de fomento ao desenvolvimento serviu como um novo espaço para que os industriais organizados conseguissem, por meio da função planificadora do estado, fomentar novos estabelecimentos e beneficiar um novo período de expansão econômica em Minas.

No contexto imediatamente posterior à ruptura democrática e início do governo Castello Branco, o então presidente do BDMG, Paulo Camillo de Oliveira Penna, compareceu à FIEMG para esclarecer alguns pontos sobre a atuação da instituição, bem como a forma de colaboração financeira que seria realizada entre elas. Assim, até 60% do capital era aportado para investimentos em capital fixo, como maquinário e infraestrutura, mas que beneficiava empreendimentos que pudessem superar ou diminuir a necessidade de importações de outros estados, que aproveitassem a matéria-prima presente no território mineiro, que de preferência se localizassem no interior do estado e que fossem preferencialmente de setores como industrialização de alimentos, produção de bens para a agropecuária, indústria mecânica, óleos e gorduras vegetais e animais, indústria metalúrgica, indústrias de transformação de minerais não metálicos, indústrias químicas, indústrias de material elétrico e de comunicações, couros e peles, papel, reequipamento, modernização, implantação e expansão de indústria têxteis, matadouros industriais e frigoríficos (VIDA [...], 1964b).

Como é possível notar, a visão de independência econômica mineira era ambicionada. Importante destacar que o presidente do banco falava para os industriais não apenas em relação aos incentivos, mas por outro lado, sua fala foi muito mais incisiva justamente na necessidade de que Minas favorecesse seu potencial produtivo a partir das condições preestabelecidas pela natureza mineira e que seriam consolidadas pelas condições institucionais do estado.

Sucessor de Paulo Camillo na presidência da entidade, bem como seu mandatário na época da feitura do Diagnóstico da Economia Mineira, Hindemburgo Pereira Diniz foi à federação fazer um discurso que cabe reproduzi-lo em boa medida a seguir. Em 1969, banco já contava com uma diversidade de fundos que indicava um nível considerável de complexidade e atividade após pouco mais de seis anos de atividade:

O BDMG opera, no momento, treze fundos especiais e são os seguintes: FIPEME, para financiamento de projetos de instalação ou ampliação de empresas industriais de pequeno e médio porte; FINAME, para aquisição ou venda de máquinas e

equipamentos; FUNDECE, financiamento para capital de giro, objetivando a democratização do capital das empresas; GERCA, financiamento de empreendimentos industriais e obras de infraestrutura localizados nas áreas onde houve ou está havendo erradicação de cafezais; BNB, financiamento de projetos localizados na área do Polígono das Secas; IAA, financiamento destinado à ampliação, modernização e realocação de usinas açucareiras; BNH, financiamento para instalação ou ampliação de indústrias de material de construção; REGIR, capital de giro para as indústrias de material de construção; FEFUA, com recursos próprios, destinado ao financiamento às indústrias açucareiras do Estado, através da Cooperativa dos produtores de açúcar de Minas Gerais, assistindo-as, principalmente, no período entre-safra; PROPEQ, recursos próprios para financiamento de pequenos projetos (VIDA [...], 1969c).

Indica-se que os objetivos iniciais do BDMG, de apoiar pequenos e médios empreendimentos, já dividiam o capital do banco para atender outras situações, como o fundo para capital de giro o BNB – que atuava em conjunto com a SUDENE – e a ligação com estabelecimentos envolvidos com o setor primário.

Mais uma vez, destacava-se na fala de Hindemburgo o atraso relativo do estado, para quem havia muito potencial a ser explorado, destacando o fato do estado não ter tido infraestrutura necessária no momento da “arrancada industrialista nos anos 40-50” (VIDA [...], 1969c).

Importante se atentar como foi recorrente na fala de Hindemburgo, como em diversas ocasiões entre os industriais, assim como vimos presente no Diagnóstico, o potencial mineiro sendo visto como motor do desenvolvimento vizinho, sendo que essa proximidade aos estados era também em si um potencial, a ser resolvido por uma malha ferroviária e rodoviária eficiente.

Por fim, o mandatário do banco prometia um desdobramento bem claro para os estudos que vinham sendo realizados pela instituição

Estudos regionais ou do grande Diagnóstico da Economia Mineira, que está servindo de roteiro para os técnicos do ILPES, Instituto Latino Americano de Planificação Econômica e Social. Esses técnicos, associados aos técnicos do BDMG e do Conselho de Desenvolvimento, estão elaborando para Minas Gerais a mais ampla e pormenorizada carta de planejamento regional já feita no Brasil, devendo ser concluída a primeira etapa em novembro, contendo o Plano Bienal de Desenvolvimento no período 70/71. Em dezembro de 70, será concluído o documento final, que é o Plano Quadrienal de Desenvolvimento de Minas para o período de 71/74 (VIDA [...], 1969c).

Vale destacar que o ILPES era uma instituição ligada à Comissão Econômica para a América Latina e então dirigida pelo fundador da CEPAL, o economista argentino Raul Prebisch. O ILPES foi fundado em 1962 no contexto da Aliança Para o Progresso, sendo pensado para fomentar o planejamento econômico para o desenvolvimento regional na América Latina (FRANCO, 2013, p. 120). Já o Plano Bienal de Desenvolvimento e o Plano Quadrienal de Desenvolvimento passaram a integrar um programa planificador mais amplo da gestão Rondon Pacheco (1971-1975), o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), que se vinculava a outras ações institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana. Esses programas acabariam se tornando marcas da gestão Pacheco, junto à instalação da FIAT, a hidrelétrica de São Simão, as instalações da CEMIG no Vale do Jequitinhonha e outras 479 instalações industriais de médio e grande porte (REIS, 2008).

Essa proximidade com o ILPES se insere em um contexto mais amplo em que instituições públicas, como o BDMG e a Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, tinham interação com instituições que encabeçavam discussões sobre desenvolvimento, sobre o planejamento e sobre a atuação do Estado na superação do subdesenvolvimento. Além do ILPES, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a própria CEPAL (PAULA, 2016).

O potencial econômico de Minas era reconhecido por figuras de âmbito nacional, como foi o caso do então ministro da Indústria e Comércio, Edmundo Macedo Soares, que destacava as vantagens relativas de Minas Gerais, que construiu uma condição de infraestrutura enérgica com a CEMIG, além de possuir recursos de órgãos de financiamento (VIDA [...], 1969b).

A mobilização era lida pelas elites dirigentes de Minas a partir do reconhecimento do planejamento, capaz de superar o atraso e a debilidade do setor privado local em consolidar o parque industrial do estado. O papel da tecnocracia mineira, assim como nos anos 1940 e 1950, voltou a ser decisiva para o período de crescimento que a economia do estado registrou na passagem para os anos 1970.

A conclusão dos estudos regionais e do Diagnóstico como um plano econômico elucidada a visão do desenvolvimentismo mineiro, ou seja, uma perspectiva de superação do atraso relativo a partir de uma perspectiva regional. Aparece bem menos Minas como um estado com diferenças e desequilíbrios internos, para ser apresentada Minas como um corpo social e

econômico uno, cujo potencial natural deve ser institucionalmente potencializado por meio do planejamento.

3. “É A HORA E A VEZ DOS MINEIROS”

Ainda em dezembro de 1965, o então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, nomeou o diretor da FIEMG, Nansen Araújo para o cargo de presidente do conselho deliberativo do BDMG. Nos primeiros meses do ano seguinte, Nansen Araújo viria inclusive a assumir a presidência da entidade por três meses. No ato de sua posse, apontou que no ponto de vista de autoridade pessoal, ninguém poderia esperar muito de si. No entanto, dizia se configurar como uma espécie de força coesiva entre o banco e a indústria (VIDA [...], 1965b).

O elo entre o empresariado industrial organizado e o banco de desenvolvimento, como vimos até aqui, foi expresso em outros momentos, mas, sobretudo, na natureza da perspectiva de desenvolvimento regional das instituições. Em 1967, ao analisar Aspectos da Economia Mineira, o periódico da federação trazia uma constatação de que o estado possuía o 5º maior território e a 2ª maior população, com a vida média do mineiro inferior à média nacional, além do fato de Minas ter sofrido com a perda de recursos humanos (VIDA [...], 1967d).

As Tabelas 1 e 2 elucidavam a situação:

Tabela 1 – Distribuição regional da renda nacional (%)

Região ou estado	1950	1955	1958	1960
Nordeste	16,4	13,9	14,3	15,9
São Paulo	32,3	32,9	32,3	32,3
Rio Grande do Sul	8,7	9,8	9,2	9,2
Minas Gerais	10,8	11,1	10,3	9,7

Fonte: Vida [...] (1967d).

Tabela 2 – Renda per capita no Nordeste e em alguns estados (% da média nacional)

Região ou estado	1950	1955	1958	1960
Nordeste	48,5	42,9	44,7	50,8
São Paulo	188,6	187,2	180,5	177,7
Rio de Janeiro	101,8	95,5	96,9	95,0
Guanabara	334,0	308,2	326,0	291,0
Minas Gerais	74,5	78,9	74,2	70,9

Fonte: Vida [...] (1967d).

Preocupava, naquela ocasião, o padrão de vida que ficava abaixo da média nacional, resultante do baixo aproveitamento do potencial do estado, como reiteradamente vimos as instituições aqui estudadas veicularem. No âmbito de fomentar o desenvolvimento industrial do estado, o BDMG prometia em abril de 1967 um incremento de 25 bilhões de cruzeiros em investimentos no estado, o que assumiria para aquele ano mais de 50 bilhões de cruzeiros de inversões em projetos (Vida, 1967a).

O periódico da federação em diversas ocasiões veiculava anúncios “Como Obter Financiamento do BDMG”. A veiculação de campanhas como essa teve a preocupação quanto ao empenho do empresariado em se valer dos estímulos fiscais, creditícios e de importação mobilizados em favor da expansão de estabelecimentos, que – segundo números apresentados pela federação – ainda consumiam pouco mais de 10% da produção de ferro e aço, além do ramo têxtil do estado compor apenas 10% dos projetos apresentados em 1968 (VIDA [...], 1969b).

Os esforços institucionais passaram a figurar para o empresariado mineiro organizado sob a FIEMG como uma fase para consolidar o parque industrial do estado, de elevar a participação de Minas no conjunto da renda nacional. Não à toa, em um discurso bastante emblemático do presidente da entidade, Fábio de Araújo Motta, o otimismo se destaca bastante:

A hora é do planejamento, dos programas e das metas, da política realista, dos incentivos fiscais, da conquista de novos mercados, da união de todos em torno de uma causa comum. A hora é dos mineiros e de Minas, onde muita coisa já foi feita e muita coisa resta ainda a fazer (VIDA [...], 1970a).

O contexto em que Motta afirmava isso era coerente não apenas com o crescimento da indústria em Minas, como também da economia brasileira em geral, de tal maneira que esse período acabou marcado pelo nome de milagre econômico. O otimismo com o país aparece com bastante destaque, por exemplo, em uma matéria intitulada ‘Brasil – 1970: grande arrancada para o desenvolvimento’, em que a percepção era de que não há apenas uma esperança, mas a certeza de dias melhores, e mais especificamente sobre Minas Gerais, com destaque para a construção das usinas de Marimbondo e de São Simão, beneficiando as regiões centro-sul e centro-oeste do estado, respectivamente (VIDA [...], 1970b).

Mais uma vez, o plano de energia e transportes ocupa um espaço de destaque. Por outro lado, cabe notar, também, como a diversidade regional dentro do estado ganha notoriedade. Como exposto anteriormente, a FIEMG promoveu encontros específicos para determinadas

regiões, como foi o caso da conferência para o Triângulo Mineiro e o Alto Parnaíba, enquanto o BDMG planejou determinados aportes voltados para o Polígono das Secas, por exemplo.

Vale destacar, também, que o ritmo das inversões feitas pelo BDMG variou entre as regiões de Minas, vide a Tabela 4:

Tabela 4 – BDMG: aprovações de financiamento por regiões (1963-1976)

Regiões	Aprovações	Participação relativa (%)
Metalurgia e Campo das Vertentes	Cr\$ 9.785.934.000	43,5
Mata	Cr\$ 2.272.136.000	10,1
Sul de Minas	Cr\$ 2.632.079.000	11,7
Triângulo e Alto Parnaíba	Cr\$ 4.319.309.000	19,2
Alto São Francisco	Cr\$ 1.079.827.000	4,8
Nordeste	Cr\$ 1.282.295.000	5,7
Vale do Jequitinhonha	Cr\$ 202.468.000	0,9
Rio Doce e Mucuri	Cr\$ 922.352.000	4,1
Total	Cr\$ 22.496.400.000	100,0

Fonte: BDMG (1977).

As disparidades internas de Minas Gerais são elucidadas a partir de algumas condições infraestruturais que conformaram o desenvolvimento industrial em especial na área central próxima à capital do estado, que, por sua vez, seria favorecida pela expansão rodoviária, vide o surgimento da Fernão Dias que ligaria a capital mineira à capital paulista. Em sentido semelhante, o Sul de Minas se beneficiou da desconcentração industrial, registrando elevação de estabelecimentos industriais em suas cidades, enquanto o Triângulo Mineiro se beneficiou da localização em relação à Brasília, mas também a vertiginosa expansão agropecuária do cerrado brasileiro a partir dos anos 1970.

Em 1970, o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social – I PMEDES – estabeleceu o planejamento estadual. Os resultados foram bastante significativos: somente em 1972 os projetos de mineração, indústria e agropecuária implicavam em inversões da ordem de Cr\$ 12 bilhões ou 45% da renda interna estadual. A indústria siderúrgica ultrapassou a produção de 2,5 milhões de toneladas de aço em lingote, registrando um acréscimo de 13% contra 8% para o Brasil. A produção mineral representou mais de 85% do volume físico e mais de 80%

no valor da produção nacional de minérios. A produção mineira de cimento superou a casa dos 2,8 milhões de toneladas, com um crescimento de 24% em relação a 1971. BDMG e INDI elaboraram a monografia sobre as vantagens locacionais de Minas Gerais para a FIAT no período em que a empresa italiana iniciava os diálogos com o governo brasileiro. BDMG atuou como acionista majoritário da AÇOMINAS no início das atividades da estatal mineira (BDMG, 1977).

No sentido de se integrar ao programa de planejamento regional, o BDMG pretendia, não somente ampliar suas linhas de crédito, mas, também atender as diferenças fisiográficas do estado, diferenciando os financiamentos em concordância com as necessidades próprias de cada região do estado, visando, segundo Lúcio Assunção, então presidente do BDMG, a interiorização do desenvolvimento (VIDA [...], 1972b).

Cabe ainda dar destaque quanto ao INDI, instituição mantida por BDMG, CEMIG e FJP, que indicava para os empresários uma série de projetos já viabilizados que poderiam ser implantados no estado. Essa pré-viabilidade se embasava na especificação dos produtos a serem fabricados, descrição das matérias-primas, caracterização do mercado, dimensão do empreendimento, processos de produção, investimentos, custos e receitas e rentabilidade para assegurar aos investidores o aporte (VIDA [...], 1971c).

Setores alimentícios, têxteis e de bens intermediários aparecem na imensa maioria, o que indica o perfil potencial dos investidores do estado. O empresariado mineiro – em especial, aquele filiado à federação, como vimos – atuava no setor considerado tradicional, enquanto as inversões de maior ordem ficavam a cargo do Estado e do capital estrangeiro, ao passo que a preocupação com a infraestrutura esteve vinculada à profusão projetos de estabelecimentos voltados à produção de bens intermediários.

Ainda no âmbito dos planos regionais de desenvolvimento, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, durante o governo Rondon Pacheco (1971- 1975), estabelecia dois convênios entre órgãos estaduais. Entre a Secretaria da Fazenda e o BDMG, pelo qual a secretaria passaria 50% dos recursos provenientes da cota do imposto único sobre minerais para o banco, constituindo um fundo para atender a investimentos e financiamentos de obras ou projetos que interessem à indústria de mineração. E outro convênio entre o BDMG e a METAMIG (Metais Minas Gerais S/A) para prestar assistência financeira e técnica às empresas (VIDA [...], 1972a).

Nesse ponto, cabe destacar como em menos de uma década de atuação, o banco de desenvolvimento havia ampliado substancialmente seu campo de atuação entre diversas

instituições e projetos, consolidando-se como uma das principais instituições operantes no período na economia do estado.

No âmbito do plano do governo Rondon Pacheco, a Companhia de Distritos Industriais (CDI) atuou para a construção da Cidade Industrial de Contagem. A iniciativa era acompanhada pela construção ou ampliação de distritos industriais em Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Montes Claros, além de obras infraestruturais em Juiz de Fora, Pirapora e Três Corações (VIDA [...], 1973).

Em 1971, BDMG e FIEMG passaram a se mobilizar para a campanha de valorização do Produto Industrial Mineiro. Esta se ancorava em 3 pilares principais. A primeira defendia que as secretarias de estado, as empresas de economia mista e autarquias fixassem norma taxativa de defesa e valorização do produto mineiro em relação à concorrência de outros estados, como São Paulo e Guanabara. A segunda reivindicação consistia em estabelecer, com a Secretaria da Fazenda, um convênio de forma a premiar consumidores de produtos de procedência mineira. A terceira reivindicação pretendia motivar de forma cívica, ética e moral o consumo a partir da desconstrução da imagem do contribuinte como mau pagador ou sonegador de impostos (VIDA [...], 1971b).

Essa campanha, que pretendia contar com o apoio de diversas instituições públicas e privadas, possuía uma característica mais diversa do que se analisou até este ponto, já que a questão tributária aparecia com mais frequência nas reivindicações empresariais. Note-se que nesta campanha, o alvo era o consumidor.

Embora a referência esteja datada, essa campanha esteve presente em praticamente todas as edições analisadas nesta pesquisa. Minas é vista, como em outros momentos, como um corpo uno, do qual consumidores e produtores devem mover forças junto às instituições para ganhar condições de concorrência com as unidades federativas vizinhas.

Por seu turno, no período temos que o Produto Interno Bruto, que aumentava a uma taxa média de 5,6%, aproximadamente, na década de 1960, experimentou um crescimento médio de 10,8% de 1970 até 1976, superior àquela exibida pelo país no mesmo período (BDMG, 1977). Como podemos ver na Tabela 5, a evolução do produto interno mineiro esteve, de fato, a taxas próximas ou mesmo superiores às do conjunto do país:

Tabela 5 – Evolução do Produto Interno Bruto Mineiro em relação ao Brasil

Ano	Taxa de crescimento real – Brasil (%)	Taxa de crescimento real – Minas Gerais (%)
-----	---------------------------------------	---

1971	11,3	9,7
1972	11,9	8,7
1973	14,0	11,9
1974	8,2	11,5
1975	5,2	12,1
1976	10,3	10,0

Fonte: SESI/PLAN (*apud* BDMG, 1977).

Quanto a essa questão da taxa crescimento mineira em relação à taxa de crescimento do país, chama a atenção o artigo assinado por Silviano Cançado Azevedo – figura tanto do BDMG quanto da FIEMG. Logo no primeiro parágrafo do texto intitulado Minas Gerais e o crescimento brasileiro, a pergunta realizada foi acompanhará o estado de Minas Gerais o desenvolvimento nacional? Aparece, em um primeiro momento, uma digressão histórica para justificar o distanciamento entre Minas Gerais e outras regiões do país, em especial, o terreno perdido para São Paulo e Guanabara [na] disputa pelo primeiro esforço expressivo de industrialização. Tendo ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, esse processo privilegiou a instalação, tanto das indústrias de bens não duráveis como do mercado consumidor, junto à faixa beneficiada pelo processo de substituição de importações. Nos anos 1950, a infraestrutura ineficiente de energia e transportes, a inexistência de um setor de serviços eficiente e a ausência de urbanização bem estabelecida, afastou de Minas a instalação da indústria mecânica pesada, de autopeças e automobilística. Destacava, entretanto, que as décadas de 1950 e 1960 foram importantes para ampliar a oferta energética da CEMIG a partir da construção de novas usinas hidrelétricas, a abertura de novas estradas e a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (VIDA [...], 1972b). Continuava, no entanto, que as condições políticas permitiram que o estado entrasse na década de 1970 em outro cenário:

A siderurgia local executa programa ambicioso de crescimento; o setor energético continua a apresentar índices e resultados expressivos; o ramo de metais não ferrosos expande-se rapidamente, o mesmo ocorrendo com o de minerais não metálicos. Acha-se em fase de modernização a indústria tradicional, e a de alimentação, especialmente a agroindústria açucareira, de laticínios e frigorífica alcançam dimensões e graus de tecnicidade surpreendentes (VIDA [...], 1972b).

Os setores demonstram que a economia mineira havia atingido em alguns anos uma série de bons resultados graças a algumas vantagens locais, infraestruturais e, considerando o que foi analisado até este ponto, institucionais, que permitiram o nível de crescimento que pode ser observado na primeira metade da década de 1970.

No editorial de transição entre o governo Médici e o seu sucessor, Ernesto Geisel, Nansen Araújo, outro personagem já mencionado neste trabalho, destacava que o general e mandatário que deixava o cargo havia tido mais vantagens que seus antecessores, que haviam tido suas atividades cerceadas pela necessidade de sanear todas as mazelas deixadas pela subpolítica de seus antecessores mais próximos. Médici, segundo Araújo, teria seu nome lavrado com letras de ouro nas páginas de nossa história. Quanto ao presidente Geisel, este inspirava confiança, pois manifestou intenção de continuar as características políticas de seu antecessor, mas alertando que o Brasil necessita de um governo com sabedoria suficiente para ampliar a vista no domínio dos problemas nacionais e universais (VIDA [...], 1974).

Mais uma vez, o empresariado industrial não colocava dúvidas quanto a sua fidelidade ao regime inaugurado em 1964. Atingindo uma década de existência, o regime encontrava-se em um momento de grandes resultados no crescimento do produto interno, ainda que uma série de contradições possa ser referida, como o arrocho salarial e a ampliação da desigualdade social. Em um balanço generalizado sobre a década de 1970, a economia mineira apresentou uma taxa de crescimento média de 11,67% contra 8,56% da média nacional, elevou sua participação de 8,28% (1970) para 9,42% (1980), enquanto o setor industrial registrou 38,97% (1980) contra 25,40% (1970) de participação no PIB estadual. 25% dos investimentos estrangeiros foram realizados em Minas Gerais, quando por volta de 30 empresas multinacionais se instalaram no estado, como a FIAT (GARCIA; ANDRADE, 2006-2007).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a frustração de expectativas da década de 1960, os anos 1970 deram otimismo, reforço e autoridade para o arranjo institucional aqui analisado a partir da FIEMG e do BDMG. Alienada do poder decisório das instituições principais do estado, o empresariado industrial filiado à federação encontrou no banco de desenvolvimento seu acesso aos rumos industriais do estado.

Como vimos, o conjunto de técnicos do BDMG não só não esteve alheio às pressões do empresariado industrial, como, também, era participante desse grupo em muitas ocasiões. Destaca-se que os programas de desenvolvimento, os estudos regionais e o próprio Diagnóstico da Economia Mineira não podem ser compreendidos somente enquanto análises sobre agregados econômicos e sobre as potencialidades produtivas do estado, mas, sim, como

aspectos emblemáticos de uma percepção mais geral sobre o desenvolvimento presente em Minas Gerais.

O desenvolvimentismo mineiro foi formulado, endossado e mobilizado publicamente pelas instituições públicas e privadas de Minas Gerais, que, para além análises técnicas, consolidaram uma visão do estado a partir de uma leitura de seu atraso relativo, de sua espoliação por outras unidades federativas vizinhas – em especial, pela burguesia sanguessuga paulista, para emprestar o termo de Wilson Cano –, por sua condição semi-colonial e por seu potencial subaproveitado. Observa-se assim, que o uso dessa visão não é apenas econômico, mas, também, político e social.

Político, pois permite aos partícipes das esferas decisórias dar legitimidade ao seu projeto. E é social, pois permite ignorar as disparidades internas entre as regiões do estado para afirmar Minas como um corpo uno, enquanto, em outros momentos, essas diferenças são acentuadas para reforçar uma espécie de entendimento coletivo para resolução das particularidades. Essas duas naturezas, da unidade e da diversidade, não apenas coexistem, como se retroalimentam, dando uma característica própria ao desenvolvimento e ao desenvolvimentismo mineiro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969). 2012. 316 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O Plano Trienal e sua economia política. In: AGUIAR, Rosa Freire d' (dir.). O plano trienal e o ministério do planejamento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 441-450.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Diagnóstico da economia mineira: diagnóstico. Belo Horizonte: BDMG, 1968a. v. 1.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Diagnóstico da economia mineira: espaço natural. Belo Horizonte: BDMG, 1968b. v. 2.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Diagnóstico da economia mineira: população e infraestrutura. Belo Horizonte: BDMG, 1968c. v. 3.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Diagnóstico da economia mineira: agropecuária. Belo Horizonte: BDMG, 1968d. v. 4.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Diagnóstico da

economia mineira: indústria. Belo Horizonte: BDMG, 1968e. v. 5.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Diagnóstico da economia mineira: serviços e setor público. Belo Horizonte: BDMG, 1968f. v. 6.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). 15 anos desenvolvendo Minas. Belo Horizonte: BDMG, 1977.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 115

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930- 1995. 2. ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 5. ed. Campinas: IE-Unicamp, 2007.

COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1979. Revista de Economia Política, v. 29, n. 4, p. 01-23, out. 2009.

COSTA, Jean Talvani; DANIELI NETO, Mário. Em busca do consenso empresarial: a crise do desenvolvimentismo nas páginas da revista Vida Industrial. História Econômica & História de Empresas (ABPHE), [s. l.], v. 24, p. 429-462, 2021.

DELGADO, Ignacio Godinho. A estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. Empresariado nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte, v. 3, p. 35-64, 1993.

DULCI, Otávio Soares; PEREIRA, Lígia Maria Leite. Empresariado e transição política. Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, v. 2. n. 2. p. 74-102, 1987.

DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

FISHLOW, Albert. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964. Estudos Cebrap, [s. l.], n. 7, jan./mar., 1974.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). Reivindicações das classes produtoras do Estado de Minas Gerais ao Exmo. Sr. Presidente Jânio Quadros. [S. l.]: Centro de Memória do Sistema, 1961.

FRANCO, Rolando. La Invención del ILPES. Santiago: CEPAL, 2013.

GARCIA, Júnior Ruiz; ANDRADE, Daniel Caixeta. Panorama geral da industrialização de Minas Gerais (1970-2000). *Leituras de Economia Política* (UNICAMP), Campinas, v. 12, p. 169-181, 2007.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Da arte de conhecer doenças: o diagnóstico da economia mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. *Nova Economia* (UFMG), Belo Horizonte, v. 20, p. 343-388, 2010.

GONTIJO, Moema; NUNES, Cristina Pereira. FIEMG: uma longa trajetória em defesa do desenvolvimento industrial de Minas. *Revista Cícero*, Belo Horizonte, p. 24-29, jan./mar., 2001.

LOUREIRO, Felipe. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. 2012. 644 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 11. ed. São Paulo: UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MESQUITA, Virgínia Antunes; ARAUJO, Vanessa Marzano. Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais: considerações do período pré e pós-Sudene. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL (SINAGGET), 1.; SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (SEMAGEO), 34., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 1278-1289.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PAULA, João Antônio de. FACE/UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento em Minas Gerais. *Nova Economia* (UFMG), Belo Horizonte, v. 26, p. 1075-1095, 2016.

PAULA, João Antônio de. *Capítulos de história do pensamento econômico do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2021.

REIS, Milton. *A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana. 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 213-232.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturas na economia brasileira do após-guerra. *Revista de Economia Política*, [s. l.], v. 2/2, n. 6, abr./jun., 1982.

STARLING, Heloísa. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 11, mar./abr. 1964a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 11, maio/jun. 1964b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1965a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, nov./dez. 1965b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, fev. 1966a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1966b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, abr. 1967a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1967b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, ago. 1967c.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, dez. 1967d.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, jan. 1969a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, fev./mar. 1969b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, v. 16, n. 7, jul. 1969c.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, out./dez. 1969d.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1970a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, nov. 1970b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, maio 1971a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, jun. 1971b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, set. 1971c.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, jan. 1972a.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, abr. 1972b.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, dez. 1973.

VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte: FIEMG, mar. 1974.